



XXVI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO
Comissão de Comunicados 2 – Graduandos, Graduados e Pós-Graduandos
06 de maio de 2025 - 9h

Comissão: Gustavo Martinelli (Presidente); Cláudia Oliveira; Filipe Flesh; Gabriel Strapasson; Melissa Trento; Nicholas Waltzko; Thomas Freitas; Vinicius Nascimento

#	Autor(a)/Autores(as)	Título
1	Nariana Fernandes Nespoli	A AUSÊNCIA DE PARÂMETROS MÍNIMOS PARA DOSIMETRIA NA APLICAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: A CONSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO RESPEITADA?
2	Roseleine Conceição dos Santos Faria	A INTERNET COMO DIREITO FUNDAMENTAL: DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE DIGITAL E NA GARANTIA DO ACESSO EFETIVO E DE QUALIDADE
3	Adriana Ohana Lopes de Albuquerque	ATOS ADMINISTRATIVOS DIGITAIS: VALIDADE, FORMALIDADES E DESAFIOS DE CONTROLE
4	Verônica Caill Gonçalves	ESTADO SOB A ÓTICA HEGELIANA DE EXPRESSÃO DO ABSOLUTO EM DIVERGÊNCIA COM AS VIOLAÇÕES DO INTERESSE SOCIAL PELOS AGENTES PÚBLICOS.
5	Scarlet Jennifer Araujo	Estado Soberano enquanto representação do "zeitgeist" em contradição com a indisciplina estatal.
6	Liliane Pinheiro da Luz Schindwein	REGULAÇÃO DIGITAL E DEMOCRACIA EM SMART CITIES: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA AS MÍDIAS SOCIAIS
7	Ana Alice Schmitt Goedert	AUDIÊNCIA NO PAD E A LEI ESTADUAL N.º 20.656/2021
8	Bernardo Luiz Gapski Schionato	O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO PLANEJAMENTO E NA EFICIÊNCIA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES DIGITAIS
9	Camille Gasparetto Braosi	A FUNÇÃO FISCALIZATÓRIA DAS CPIS COMO ATUAÇÃO ATÍPICA DO PODER LEGISLATIVO E SEUS EFEITOS SANCIONADORES INDIRETOS
10	Isabella Almeida Soares	DOSIMETRIA DAS SANÇÕES NO TCU: APORTES PARA O ESTABELECIMENTO DE PARÂMETROS NORMATIVOS
11	Lucas Poganski	CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA DEFESA DA CONSTITUIÇÃO
12	Diogo Henrique Franco Martins	CRENÇA NO FUTURO E ESTADO DIGITAL: UMA ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA INCLUSÃO DIGITAL
13	Renan Lowen	O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE FRENTE AS INOVAÇÕES DA ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
14	Samira Mostefaga Folmer Juliane Rodrigues da Silva	EXTENSÃO DA OBRIGATORIEDADE DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE PARA CONTRATAÇÕES DE MENOR VULTO ADAPTADAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS: A CONSTRUÇÃO DE CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA UM COMPLIANCE "TRANSVERSAL E INTERFEDERATIVO"
15	Erika Mirela da Silva Guber Julia do Rego Monteiro Dallastella	PLANEJAMENTO NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: A NOVA FASE PRÉ-CONTRATUAL NA LEI 14.133/2021
16	Mariana Almeida Fentanes	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
17	Luiza Borsatto Galera	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOB A LENTE DO STF: DO RIGOR À SUBJETIVIDADE NA INTERPRETAÇÃO DA LEI Nº 8.429/92.
18	Livia Ricciarelli Bacellar Beatriz Ruiz Borges Bruno Fucci Adad	RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL DO ESTADO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ENCERRAR TRATATIVAS EM PROL DO INTERESSE PÚBLICO
19	Giovana Manne Paiva Pedro Bitencourt Almeida Monique de Paula Borges	OS IMPACTOS DA DECISÃO DO STF SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO: A CONTROVÉRSIA NA DISTINÇÃO ENTRE ATIVIDADE-MEIO E ATIVIDADE-FIM
20	Flávio Henrique Lopes Cordeiro	PINK TAX E O PAPEL DO DIREITO ADMINISTRATIVO NA PROTEÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO
21	Suelen Lavall	A CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA A DEMOCRACIA: ENTRE A BUROCRACIA E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
22	Luiz Rogério Kravicz Calçado	PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE COMO NORTE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: AVANÇOS DA LEI 14.133/21
23	Matheus Oliva	COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.
24	Melissa Gonini de Mattos Leão Denise Thami Hayashi Moreira Christina Thomaz Gomes Bespalez	A AUSÊNCIA DE DOLO NAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DOS PREFEITOS NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA
25	Lucca Westfahl de Siqueira	DECISÕES COORDENADAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO
26	Nicole de Souza Prates Menezes	A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
27	Lorenza Miquelim Novaes	DA RELATIVIZAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NA LEI Nº 12.846/2013: NINGUÉM RESPEITA A CONSTITUIÇÃO OU A LEI ANTICORRUPÇÃO E O FUTURO DA NACAO?
28	Rodrigo Akira Yamamoto Taura Gabrielle Faria Moreira	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E ACORDOS DE LENIÊNCIA: ANÁLISE DA RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO À LUZ DA DECISÃO DO STJ SOBRE DANOS MORAIS COLETIVOS
29	Matheus S. Ferrer de Castro	SANÇÕES ALTERNATIVAS NO DAS: EFETIVIDADE E CONFORMIDADE PARA COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
30	Louise Vitoria Giacomelli	A SEGURANÇA DIGITAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
31	Hanna Karolina Santos da Silva	GOVERNANÇA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO TRATAMENTO DE DADOS DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
32	Kenzo Yanase	INCENTIVO PARA EMPRESAS NO FORNECIMENTO DE ORÇAMENTOS PARA A COMPOSIÇÃO DE MAPA DE PREÇOS DAS LICITAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
33	Gracie Mariah Fernandes Ferreira	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS APÓS A REFORMA DA LEI Nº 8.429/92
34	Luiza Azevedo Côrtes Leticia Yasmin Sakaue	A ERA DA INFORMAÇÃO: ATOS DIGITAIS NO SETOR PÚBLICO
35	Célia Lima da Cruz	LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS
36	Roberto de Paiva Reis Neto Karin Shibata de Souza Kretschmer	QUANDO A POLÍTICA PÚBLICA FALHA: A INEFICIÊNCIA DO PROJETO "ABRACE O MARAJÓ" E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO
37	Milena Sava Kinauber	A RESPONSABILIDADE DO FISCAL DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES
38	Lauren Sueli Mariano Livia Lima de Souza Mott	O PAPEL DO ESTADO NA ERA DIGITAL: REGULAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS, INTERESSE PÚBLICO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO
39	Rhayana Maria Teler Chaves	ATOS ADMINISTRATIVOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS
40	Laura Monteiro Vitor	IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO: DISTINÇÃO ENTRE DOLO E CULPA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF
41	Luiza Scheid Garcia	DOS SENHORES FEUDAIS AS CORPORAÇÕES DIGITAIS: A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO A PRIVACIDADE NO TECNOFEUDALISMO E O PAPEL DA LGPD NA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS
42	Paula Portes Ernandes Tonet	LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REGULAÇÃO DIGITAL: O DESAFIO DEMOCRÁTICO NAS MÍDIAS SOCIAIS
43	Amanda Wolff	OS EFEITOS DO ROBÔ ALICE APÓS 10 ANOS DE ATUAÇÃO NO COMBATE À CORRUPÇÃO
44	Maria Eduarda Stedile Antunes Ribeiro Dara Beatriz Valadares Prestes	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPS) E CONCESSÕES: LIMITES E CONTROLES SOB A ÓTICA DO TCU
45	Pedro Henrique Calabresi Coelho Ramos Mattar	A RELAÇÃO INTERCULTURAL ENTRE SOCIEDADES E POVOS ORIGINÁRIOS
46	Luciana Ferreira Melo Banaszkeski	OS IMPACTOS DA LEI 14.133/21 NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: O PAPEL DO ESTADO COMO AGENTE DE FOMENTO E INCLUSÃO DE GRUPOS VULNERABILIZADOS NO CONTEXTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
		AUSÊNCIA DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MULHERES NA LEI 8.112/90 E A NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO